



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



Parecer jurídico n. 032/2019

Assunto: **Contratação emergencial** - Elevação da rede elétrica e da caixa de passagem de energia da rede externa para rede interna do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Probabilidade de enchente do Rio Madeira. **Análise.**

I. RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado pela secretária substituta da **SAOFC** - Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade deste Tribunal, objetivando a contratação emergencial de serviços de engenharia elétrica para a elevação da caixa de passagem de energia da rede externa para rede interna, visando atender demanda urgente de proteção e segurança do edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia por conta possibilidade iminente de enchente do Rio Madeira.

2. O feito foi instruído com os seguintes documentos:

I - E-mail da Coordenadoria de Suporte informando o desligamento dos sistemas administrativos e eleitorais como medida de contingência tendo em vista provável enchente do rio Madeira;

II - Ata de reunião com apresentação e discussão do boletim diário de monitoramento do nível do Rio Madeira, com deliberações das unidades envolvidas e,

III - Boletins de monitoramento dos dias 07 e 08 de março de 2018.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



3. Para atendimento da demanda emergencial, foi anexado aos autos propostas das empresas **MAFEPE- Serviços e Comércio Ltda.** - ME; **3A ENGENHARIA** e, **MAROK SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS**.

4. As certidões para aferir a regularidade fiscal das empresas seguem juntadas aos autos pelos eventos 0396953, 0396954 e 0396956. A empresa **MAFEPE - Serviços e Comércio LTDA-ME**, CNPJ n. **04.378.180/0001-09**, foi ofertante do menor e melhor preço no valor de **R\$ 14.259,42** (quatorze mil, duzentos cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos). Para a cotação dos preços de mercado a Administração não fez uso do formulário padronizado geralmente utilizado pelo órgão.

5. A Secretária da SAOFC em substituição apresenta as justificativas para a contratação emergencial com execução imediata, ainda no dia de hoje, 09/03/2019, sábado, devido a reação do rio Madeira.

6. Por fim, vieram aos autos em caráter de urgência para análise jurídica da contratação emergencial, entretanto faltando a comprovação da disponibilidade orçamentária e financeira da despesa.

7. Com a possível instrução devido a urgência da contratação, o processo veio para análise desta Assessoria Jurídica.

É o breve e necessário relato.

II. ANÁLISE DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DE CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL

8. Preliminarmente, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Logo, à luz do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral e dos demais atos normativos que regulamentam as atividades dos Assessores Jurídicos, incumbe a esta Assessoria prestar consultoria ao Tribunal sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito do Tribunal



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



Regional Eleitoral de Rondônia, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

9. Quanto ao mérito deste processo, a Lei de Licitações (Lei n. 8.666/93) prevê em seu art. 24 os casos de contratação direta, ou seja, sem a necessidade da realização de licitação, o caracteriza exceção legal à regra constitucional prevista no art. 37, inciso XXI, da Lei Maior.

10. Dentre as hipóteses legais consta a dispensa de licitação em casos de emergência, nos termos do inciso IV, do artigo acima mencionado. Diz o dispositivo:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

.....

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

11. A licitação é dispensável, portanto, nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento de situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação das respectivas contratações.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



12. Para que seja caracterizada a urgência descrita na lei e, portanto, possível a dispensa de licitação, é indispensável a ocorrência dos seguintes pressupostos:

- a) a situação adversa, dada como de emergência não pode ter originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis;
- b) deve existir urgência concreta e efetiva do atendimento à situação decorrente do estado emergencial ou calamitoso, visando risco de danos a bens ou à saúde ou à vida das pessoas;
- c) o risco, além de concreto e efetivamente provável, dever ser iminente e especialmente gravoso;
- d) a imediata efetivação, por meio de contratação com terceiro, de determinadas obras, serviços ou compras, segundo as especificações e quantitativos tecnicamente apurados, deve ser o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado.

13. A definição legal de situação de emergência está prevista no Decreto Federal n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, que assim dispõe:

“Art. 1º O Poder Executivo federal apoiará, de forma complementar, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios em **situação de emergência** ou estado de calamidade pública, provocados por desastres.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - defesa civil: conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e restabelecer a normalidade social;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



II - desastre: resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais;

III - situação de emergência: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;

IV - estado de calamidade pública: situação anormal, provocada por desastres, causando danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público do ente atingido;" Grifei.

14. Caracterizada a situação de emergência, a Lei de Licitações estabelece outras condições a serem observadas no processo de dispensa, a saber:

"Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2º e 4º do art. 17 e no inc. III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas (...) deverão ser comunicadas, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos. (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados."



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



15. No caso destes autos, as unidades administrativas pleiteiam, **em regime de urgência**, a contratação de empresa especializada nos serviços para de instalação de rede aérea de média tensão (380 v) interligando o poste (externo) à sala de medição do TRE-RO no andar térreo, incluindo todos os materiais, equipamentos e pessoal para realização dos serviços, tudo em razão da verificada possibilidade de elevação das águas do rio Madeira, segundo informações oficiais dos órgãos competentes, o que alcançaria a área da sede da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO, o que pode ocasionar incalculáveis prejuízos.

16. O conceito de emergência capaz de justificar a dispensa do procedimento licitatório deve estar respaldado em situação real decorrente de algum fato imprevisível ou, embora previsível, que não possa ser evitado, o que vem a ser justamente a situação ora observada, tendo em vista que o transbordamento das águas do Rio Madeira pode atingir o prédio sede e anexos da Justiça Eleitoral em Porto Velho/RO, a exemplo do que ocorreu na enchente histórica em 2014 quando atingiu as instalações físicas do Tribunal e das Zonas Eleitorais da Capital.

17. Contudo, a Administração deve zelar não só pelo patrimônio público, mas também pela continuidade dos serviços à população em geral. Dessa forma, verifica-se que o cenário descrito nos autos claramente ***evidencia situação que pode ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, serviços, equipamentos e outros bens públicos.***

18. Destaque-se que a declaração de situação de emergência formal e materialmente pelo Estado de Rondônia e Município de Porto Velho não foi configurada, todavia os órgãos responsáveis pela vigilância se encontram em alerta 24hs, conforme podemos comprovar pelos boletins de monitoramento juntados aos autos.

19. Assim, a situação adversa descrita, caracterizada formal e materialmente como de emergência, **evidentemente não se originou.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis pela Administração do Tribunal ou da unidade solicitante, pelo contrário, a Administração vem de forma diligente buscar meios para que, caso venha a ser atingido pelas águas do rio Madeira o prédio sede do TRE-RO e seus anexos, não seja a parte elétrica danificada, a fim de evitar danos a bens públicos da Justiça Eleitoral.

20. A possibilidade de uma nova enchente do rio Madeira vem sendo noticiada pelos órgãos competentes e divulgada pela imprensa nacional e internacional, é fato.

21. Os danos referidos, além de concreto e efetivamente prováveis, são iminentes e especialmente gravosos, ao considerar-se o valor dos bens patrimoniais em risco (instalações, materiais e equipamentos) e serviços (atendimento ao eleitor, manutenção e guarda das urnas). A iminência está clara com a velocidade de subida do nível das águas. A gravidade está evidenciada com os danos materiais que poderão ser produzidos sem a medida de segurança e, especialmente, os prejuízos incalculáveis às ações da Justiça Eleitoral em geral.

22. A imediata efetivação, por meio da prestação de serviços com terceiro, do objeto destes autos - elevação da rede elétrica e da caixa de passagem de energia da rede externa para rede interna do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, demonstra-se o meio adequado, efetivo e eficiente para afastar o risco iminente detectado de danos ao patrimônio e serviços da Justiça eleitoral, conforme verificar-se das justificativas carreadas aos autos.

23. Está demonstrado nos autos que o cenário não é o normal, logo não é possível observar o procedimento licitatório ordinário, com atendimento de todos os prazos e formalidades sem que isso possa implicar riscos sérios de danos à Justiça Eleitoral. Para situações de emergência, as



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



medidas também devem ser de emergência, com ações imediatas e eficientes.

24. A respeito disso, **Antônio Carlos Cintra do Amaral** trás a seguinte lição:

“A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo à empresa (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é compatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência” (Licitações nas Empresas Estatais. São Paulo, McGraw Hill, 1979, p.34)

25. Como verificado junto aos doutrinadores, os requisitos para que ocorra a contratação direta, de forma lícita, fundamentada nos casos de emergência, podem ser resumidos no binômio: **necessidade e eficácia**. Vale dizer, necessidade da plena demonstração da potencialidade do dano e eficácia da contratação para elidir tal risco. O binômio está atendido no caso sob análise, consoantes circunstâncias narradas pelas unidades administrativas registrada em Ata de Reunião e na Manifestação da SAOFC, o que demonstra efetivamente que os serviços pretendidos são a via *indispensável* e *efetiva* para eliminar o risco e danos previstos, sendo, também, necessária e suficiente para manter a continuidade dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral, e, conseqüentemente, evitar as conseqüências daí decorrentes, caso sejam paralisados.

26. Tratando-se de **prestação de serviços**, tem-se como aplicável o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias estabelecido pela Lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



de Licitações para as obras e serviços contratados de forma emergencial (art. 24, IV, da Lei 8.666/93).

III - DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

27. Passemos à análise da escolha da pretensa contratada. Observa-se que a escolha da empresa baseou-se no menor preço exequível ofertado durante a cotação de preços realizada, a respeito assim se manifesta a Corte de Contas no Acórdão 1379/2007 Plenário:

“Observe rigorosamente, no caso de contratação em caráter emergencial, além do disposto no art. 24, inciso IV, c/c o art. 26, parágrafo único, incisos I a III da Lei no 8.666/1993, com o detalhamento contido na Decisão Plenária no 347/1994, a necessidade de só efetivar contratações diretas de entidades após comprovação da compatibilidade dos preços praticados com os do mercado, mediante pesquisa de preços, devendo a documentação pertinente constar do respectivo processo de dispensa ou inexigibilidade.” Acórdão 1379/2007 - Plenário. Negritou-se.

28. Considerando a situação emergencial e o reduzido prazo de contratação pretendido, não há dúvida de que haveria dificuldade quanto à busca de um preço estimado, tendo em vista que a impossibilidade de se comparar os preços contratados pelos órgãos da Administração Pública, ante a iminência da interrupção dos serviços.

29. Outro ponto que se mostrou inviável, devido a suspensão dos sistemas somado ao prazo para o processamento da contratação, foi a formalização da cotação de preços em formulário próprio. Releva destacar que foram obtidas três cotações válidas na forma das reiteradas determinações do TCU, como, vg, nos acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 - Plenário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



IV - DA AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO E DA DISPENSA DO TERMO DE CONTRATO

30. Assim, entende esta Assessoria que, diante da situação extremamente excepcional descrita nestes autos, poderá a Administração levar a cabo os serviços pretendidos, até porque estariam cumpridos os requisitos objetivos mínimos definidos pelo art. 26, Parágrafo único, inciso I a III da Lei n. 8.666/93. Nesse sentido, veja-se:

Acórdão 2387/2007 - Plenário

“Zeze para que os processos de dispensa de licitação, motivados por situação emergencial (art. 24, IV, da Lei no 8.666/1993), sejam necessariamente justificados, e comunicados dentro de três dias a autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de cinco dias, como condição para eficácia dos atos, instruindo-os com os seguintes elementos:

- caracterização da situação emergencial ou calamitosa que tenha justificado a dispensa, quando for o caso;
- razão da escolha do fornecedor ou executante; e
- justificativa do preço, conforme disposto nos arts. 37, caput, da Constituição Federal e 26, caput, parágrafo único, incisos I, II e III, da Lei no 8.666/1993.

31. Nesse diapasão, a ausência de projeto básico nos autos, documento exigível nas obras e serviços na forma do art. 6º, IX da Lei n. 8.666/93, deve ser flexibilizada e suprida pela situação emergencial apresentada nos autos, com os documentos que o compõe até a presente data.

32. Devido a urgência da situação, o termo de contrato será substituído pela nota de empenho de despesa, nos termos do artigo 62, da Lei n. 8.666/93. A comprovação da disponibilidade orçamentária deverá vir aos autos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA GERAL



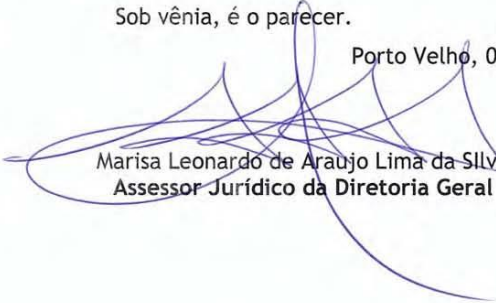
V. CONCLUSÃO

33. Ante o exposto, esta Assessoria Jurídica manifesta-se pela possibilidade de a Administração, ante a situação de regularidade fiscal da empresa **MAFEPE - Serviços e Comércio LTDA-ME**, CNPJ n. **04.378.180/0001-09**, efetivar a contratação dos serviços vez que comprovado nos autos. Registre, todavia, que restaram atendidos os elementos objetivos mínimos definidos pelo art. 26, **Parágrafo único, inciso I a III da Lei n. 8.666/93**.

34. Assim, sobretudo que o risco de prejuízo ao patrimônio público é iminente, tendo como amparo o Princípio administrativo da Continuidade do Serviço Público, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada, por dispensa de licitação, com amparo no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/93, diretamente com a empresa **MAFEPE - Serviços e Comércio LTDA-ME**, CNPJ n. **04.378.180/0001-09**, ofertante do menor e melhor preços para os serviços demandados, no valor total de **R\$ 14.259,42** (quatorze mil, duzentos cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Sob vênha, é o parecer.

Porto Velho, 09 de março de 2019.


Marisa Leonardo de Araujo Lima da Silva
Assessor Jurídico da Diretoria Geral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Diretoria-Geral

DESPACHO

Trata-se os presentes autos, de providências adotadas por esta Administração em razão da enchente do Rio Madeira deste ano (2019).

Registra-se, inicialmente, que em decorrência de procedimentos para acelerar a instalação do site *backup*, como medida prevista no plano de contingência para eventual necessidade de realização de atividades fora das instalações dos prédios desta JE, todos os sistemas de TI foram desligados no dia 09/03/19 (sábado), motivo pelo qual os atos de formalização da contratação ora pretendida estão sendo realizados no *word* para serem inseridos no processo SEI que será instaurado a *posteriori*.

Pois bem. A Informação da SAOFC/SEMAP dá conta de possível ocorrência de dano nas instalações prediais deste Tribunal, caso a cota do nível do Rio Madeira atinja 16m64cm. Relata os eventuais danos que poderão ocorrer, de acordo com o escalonamento de aumento do nível das águas do rio:

. 16,64m - transbordamento do filtro anaeróbico (tratamento de esgotos);

. 16,72m - transbordamento da caixa de drenagem pluvial do Anexo III (Seção de Transporte);

. 16,95m - inundação das caixas de passagem de instalações elétricas.

17m - pode haver o comprometimento das instalações do Anexo III (Seção de Transporte), inviabilizando o seu regular funcionamento.

Diante das circunstâncias, foi determinado a SAOFC a realização de medição e acompanhamento, estabelecendo o monitoramento diário do nível do Rio Madeira, registrando-se duas medições diárias no processo SEI n. 0000702-20.2019.6.22.8000.

No decorrer do acompanhamento, verificou-se significativa mudança nas previsões divulgadas pelos órgãos de monitoramento, ANA, CPRM, SIPAM, SEMABEM, usinas de Jirau e Santo Antônio, Defesa Civil Municipal e Estadual, que indicaram aumento do volume da cheia, com perspectiva de chegar aos 17m50cm.

Consoante demonstra o Boletim de Monitoramento Diário do nível do rio, no dia 07/03/19, foi registrada a cota de 17m35cm.

Considerando o risco de dano efetivo às instalações prediais deste Tribunal, no dia 08/03/2019 foi promovida reunião entre os representantes das Unidades do TRE-RO e esta Diretora Geral, para análise dos riscos e deliberação das providências preventivas urgentes, considerando as previsões dos órgãos de monitoramento que indicam continuidade da elevação do nível a partir de 11/03/2019 podendo atingir a cota de 18m,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

suficiente para inundar a caixa subterrânea da entrada de energia elétrica de média tensão que alimenta a subestação do complexo de prédios deste Tribunal.

A submersão da caixa de entrada de energia implicará em risco de curto-circuito com danos a equipamentos e instalações e suspensão ou interrupção da alimentação de energia elétrica de todos os prédios da Justiça Eleitoral local, causando prejuízo ao funcionamento e a prestação de serviços à sociedade.

Diante da situação de risco e iminente perigo demonstrado, considerando que a rede elétrica que alimenta a subestação e a própria subestação são instaladas no solo, foi deliberado sobre a medida paliativa consistente na **elevação da rede elétrica e da caixa de passagem de energia da rede externa para rede interna**.

Registra-se que se encontra em fase de preparação do processo licitatório, a contratação dos serviços de elevação de toda a rede elétrica e subestação. Contudo, diante dos riscos advindos da enchente, não é possível aguardar essa solução, mostrando-se necessária a adoção de medidas emergenciais, urgentes e paliativas, sem prejuízo da continuidade do processo de contratação ordinária da solução completa e definitiva, em andamento.

Conforme deliberado, a SAOFC/SEMAP realizou o levantamento de preços visando a execução emergencial dos serviços da contratação da **elevação da rede elétrica e da caixa de passagem de energia da rede externa para rede interna**, cuja execução deverá ser realizada no período de 9 a 12 de março, tendo em vista a previsão de aumento do volume de águas do rio a partir do dia 12, com risco alto de acúmulo de água na caixa subterrânea.

Assim, a SAOFC juntou aos autos propostas de 03 (três) empresas, conforme seguem:

- a) empresa MAFEPE- Serviços e Comércio LTDA –ME, no valor de **R\$ 14.259,42** (quatorze mil, duzentos cinquenta nove reais e quarenta e dois centavos)
- b) empresa 3A Engenharia, no valor de **R\$ 20.263,85** (vinte mil, duzentos e sessenta e três reais e oitenta e cinco centavos);
- c) empresa MAROK – Soluções Tecnológicas, no valor de **R\$ 28.000,00** (vinte e oito mil reais).

As propostas foram analisadas pela equipe técnica em conjunto com a equipe de gestão, que além do menor preço, também analisaram a capacidade de execução. Observa-se que a melhor proposta apresentada é a da empresa MAFEPE, tendo em vista o menor preço ofertado.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Verificou-se que referida empresa está apta a contratar com a Administração consoante informa a SAOFC, corroborada pelas certidões apresentadas.

Analisando o procedimento, a Assessoria Jurídica emitiu parecer pela possibilidade de contratação da empresa referida, nos termos do art. 24, IV, da Lei 8.666/93, por ter apresentado menor preço, bem assim, em razão das justificativas que fazem prova do estado de emergência informadas pela SAOFC - boletins de monitoramento diário do nível do rio Madeira, previsões do aumento da cheia do rio pelos órgãos de fiscalização climática da região e relato técnico dos possíveis danos e prejuízo à Administração, caso a água atinja a instalação elétrica.

Diante do exposto, considerando o dever de boa administração, em especial, a gestão de risco, de modo a prevenir danos ao erário, bem assim, garantir a continuidade da prestação dos serviços públicos à sociedade, fazem-se necessárias as providências de **elevação imediata da rede elétrica que alimenta a subestação deste Tribunal**, cujos serviços deverão ser realizados no **período de 9 a 12 de março**.

Assim, no uso das atribuições delegadas pela Portaria n. 66/2018, esta Diretora-Geral:

1. **autoriza a despesa** apresentada pela SAOFC;
 2. **ratifica a dispensa** de licitação reconhecida pela SAOFC e descrita no artigo 24, IV, da Lei 8.666/93;
 3. **adjudica o objeto** à empresa MAFEPE - Serviços e Comércio LTDA-ME, CNPJ n. 04.378.180/0001-09, no valor de **R\$ 14.259,42** (quatorze mil, duzentos cinquenta e nove reais e quarenta e dois centavos), com a consequente emissão da nota de empenho em favor da referida empresa;
 4. **determina a publicação** no DJE, em homenagem ao princípio da publicidade;
- À SAOFC para providências com vista à contratação imediata.

Porto Velho, 9 de março de 2019.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Diretora- Geral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

NOTA DE EMPENHO

PAGINA: 1

EMISSAO : 19Mar19 NUMERO: 2019NE000226 ESPECIE: EMPENHO DE DESPESA
EMITENTE : 070024/00001 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDONIA
CNPJ : 04565735/0001-13 FONE: (69)3211-2077/2000/2105/2104/2133
ENDereco : AV. PRES. DUTRA, 1.889 - AREAL
MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 76805-859

CREDOR : 04378180/0001-09 - MAFEPE SERVICOS E COMERCIO LTDA
 ENDEREÇO : RIO DE JANEIRO 2107 AREAL
 MUNICIPIO : 0003 - PORTO VELHO UF: RO CEP: 78915-350
 TAXA CAMBIO:

OBSERVACAO / FINALIDADE

NOTA DE EMPENHO PARA COBRIR DESPESA COM MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS, EMERGENCIA
AL, CONFORME MANIFESTAÇÃO DA SAOFC (0397324), PARECER JURÍDICO (0398650), DES
PACHOS DA DIRETORIA GERAL (0398957) E 1076 DA SAOFC (0399015).

CLASS : 1 14122 02122057020GP0011 084771 0100000000 339039 000000 AIEF MANPRE
TIPO : ORDINARIO MODAL.LICIT.: DISPENSA DE LICITACAO
AMPARO: LEI8666 INCISO: 04 PROCESSO: 00008121920196228000
UF/MUNICIPIO BENEFICIADO: RO / 3
ORIGEM DO MATERIAL :
REFERENCIA: ART24/04 LEI8666/93 NUM. ORIG.:

VALOR ORIGINAL : 14.259,42
QUATORZE MIL, DUZENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS****

ESPECIFICACAO DO MATERIAL OU SERVICO

ND: 339039 SUBITEM: 16 -MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS			
SEQ.: 1	QUANTIDADE:	1	VALOR UNITARIO: 14.259,42
			VALOR DO SEQ.: 14.259,42

SERVIÇO DE ELEVAÇÃO DE REDE ELÉTRICA E DA CAIXA DE PASSAGEM DE ENERGIA DA REDE EXTERNA PARA REDE INTERNA, REALIZADA NO PERÍODO DE 9 A 12 DE MARÇO, TENDO EM VISTA A PREVISÃO DE AUMENTO DO VOLUME DE ÁGUAS DO RIO A PARTIR DO DIA 12, COM RISCO ALTO DE ACÚMULO DE ÁGUA NA CAIXA SUBTERRÂNEA.

T O T A L : 14.259,42

LIA MARIA ARAUJO LOPES:260468

FRANCISCO PARENTES DA COSTA
FILHO: 16251784253

LIA MARIA ARAUJO LOPES
ORDENADOR

FRANCISCO P. COSTA FILHO
GESTOR FINANCEIRO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

Espécie: Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação, com fundamento no artigo 26 da Lei 8.666/93 e nos termos da Decisão TCU n. 1.336/2006 – Plenário. Contratada: MAFEPE SERVICOS E COMERCIO LTDA, CNPJ n. 04.378.180/0001-09. Objeto: Serviço de elevação de rede elétrica e da caixa de passagem de energia da rede externa para rede interna, realizada no período de 9 a 12 de março, tendo em vista a previsão de aumento do volume de águas do rio a partir do dia 12, com risco alto de acúmulo de água na caixa subterrânea. Quant.: 01. Valor Total: R\$ 14.259,42. Programa de Trabalho: 02122057020GP0011, Elemento de Despesa: 33.90.39-16, Nota de Empenho: 2019NE000226, de 19/03/2019. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV, da Lei 8.666/93. Justificativa: Necessidade de elevação da rede elétrica deste Tribunal devido a cheia do Rio Madeira. Declaração de Dispensa de Licitação em 09/03/2019, por meio do Parecer Jurídico 032/2019/AJDG, por MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, CPF n. 716.688.707-97, Assessora Jurídica. Autorizada a Despesa e Ratificada a Dispensa de Licitação em 09/03/2019, por meio de Despacho DG (evento 0398957), por LIA MARIA ARAUJO LOPES, CPF n. 475.106.849-00, Diretora Geral do TRE-RO. Processo SEI n. 0000812-19.2019.6.22.8000.

Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA**, **Chefe de Seção**, em 27/03/2019, às 15:44, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.